

07 AGO 2012

O ESTADO DE S. PAULO

INSS começa hoje a cobrar gasto com hospital de homem que bate em mulher

Agressores deixarão de responder apenas criminalmente em casos de violência doméstica e passarão a ser punidos também no bolso. A partir de hoje, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vai pôr em prática uma iniciativa pioneira: entrar com ações regressivas para cobrar o ressarcimento de gastos com os sistemas de Saúde e Previdência. Na prática, o agressor vai pagar por gastos hospitalares e pensões das vítimas.

Ações regressivas já são ajuizadas pelo INSS em maior escala contra empresas responsáveis por acidentes de trabalho. No ano passado, começaram os processos contra causadores de acidentes de trânsito. Agora, uma força-tarefa federal cuidará também de ações de violência doméstica.

O projeto deverá ser estendido a todos os Estados, por meio de parcerias com os Ministérios Públicos locais. Além da Secretaria de Políticas para Mulheres, já foram firmadas parcerias com as delegacias de Brasília e do Espírito Santo.

A iniciativa terá início com a entrada, no Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, em Brasília, de duas ações que já custaram aproximadamente R\$ 53 mil aos cofres públicos, com estimativa de ultrapassar R\$ 209 mil. Um dos casos que terá a ação ajuizada hoje é de um homicídio ocorrido em 5 de fevereiro. O marido matou a mulher, deixando

um filho de 3 anos. Até o mês de agosto, foram pagos R\$ 3.859 de pensão por morte à criança, que, à princípio, tem direito ao benefício até completar 21 anos. Nesse caso, o custo à Previdência Social seria de R\$ 156 mil.

A outra ação regressiva cobrará do acusado de uma tentativa de homicídio com qualificadores, ocorrida em setembro de 2009, os R\$ 49.160 pagos à ex-mulher, referentes a dois auxílios-doença, fruto da agressão.

Mais casos. A escolha da data para início das ações não foi aleatória: a Lei Maria da Penha, que pune praticantes de violência doméstica, completa hoje seis anos. No último semestre, a quantidade de denúncias feitas à Central de Atendimento à Mulher, destinada a casos de agressão, praticamente dobrou. O número exato será divulgado hoje pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, mas ficou em torno de 350 mil. A estimativa é de que os atendimentos já tenham ultrapassado 2,5 milhões desde a criação do serviço, em 2005. De janeiro a março, o Ligue 180 efetuou 201.569 atendimentos. Entre os 24.775 relatos de violência, a física (de lesão corporal a assassinato) é a mais frequente, com 14.296 registros (58%).

Mais do que representar um aumento dos casos, o crescimento de denúncias demonstra conscientização. "As mulheres vão adquirindo conhecimento e informação", diz a secretária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres, Aparecida Gonçalves.

PONTOS-CHAVE

Lei Maria da Penha ampliou as punições

● O nome

A lei que protege mulheres e homens de violência leva o nome de Maria da Penha Maia Fernandes, de 60 anos, moradora de Fortaleza.

● O caso

O ex-marido a agrediu e a deixou paraplégica. Depois de 9 anos de processo, ele foi condenado a 8 anos de prisão – ficou 2 na cadeia.

● O que mudou com a lei

Agressores passam a ser presos em flagrante e não podem mais ser punidos com penas alternativas. Uma série de medidas ainda protege as vítimas.

CONTINUA

4 são agredidas por hora, mas ainda há subnotificação

Lei Maria da Penha faz 6 anos e número de registros cresceu 38,7% com obrigatoriedade de aviso; em 78% dos casos, há violência física

No ano passado, 37.717 mulheres brasileiras entre 20 e 59 anos procuraram hospitais públicos em busca de atendimento, após terem sido vítimas de violência e maus-tratos no País – um crescimento de 38,7% em comparação com 2010. O levantamento, feito pelo Ministério da Saúde, será divulgado hoje, no dia em que a Lei Maria da Penha, que pune violência doméstica, faz seis anos.

Desde janeiro de 2011, uma resolução do Ministério da Saúde tornou compulsória a notificação oficial de todos os casos relacionados à violência contra a mulher que fossem atendidos na rede pública. Assim, segundo o governo, o crescimento de 38,7% não significa necessariamente aumento nos casos de violência, mas que havia subnotificação.

Se forem considerados os casos de violência envolvendo todas as mulheres – desde as menores de 1 ano até as com mais de 60 – o número chega a 70.270. Os dados constam do Mapa da Violência 2012, realizado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos (Cebela) e pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso).

Apesar de a notificação no Sistema Único de Saúde (SUS) ser compulsória, os casos não são informados nominalmente à polícia – assim, não há como afirmar quantos deles efetivamente se transformaram em processos contra os agressores.

Segundo o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, o governo defende a ideia de que o documento elaborado pelo sistema de saúde

de valha como prova oficial em um eventual processo, evitando que a mulher seja exposta a constrangimento novamente ao ter de refazer exames no Instituto Médico-Legal (IML). “Defendemos que haja um debate em torno desse assunto, mesmo que seja necessária mudança legal. É muito constrangedor para a mulher ter de procurar a polícia e refazer todos os exames”, avalia.

Tipos de violência. Segundo o levantamento, as agressões físicas são as principais formas de violência contra a mulher e representam 78,2% do total de casos registrados. Em seguida, estão os casos de agressão psicológica (32,2%) e violência sexual (7,5%). O levantamento mostra ainda que, do total de casos, 38,4% são reincidentes.

A própria casa é o principal cenário das agressões e os homens com os quais as mulheres se relacionam ou se relacionaram (marido, ex, namorado, companheiro) são os principais agressores e representam 41,2% dos casos. Amigos ou conhecidos são 8,1% e desconhecidos, 9,2%.

A psicóloga Patrícia Gugliotta Jacobucci, professora da Universidade São Francisco, vê os números com preocupação. De acordo com ela, apesar de as mulheres estarem denunciando mais, a maioria ainda tem dificuldade em romper o laço com o companheiro agressor – o que explica o alto número de reincidência. “A mulher não consegue se livrar da relação conflituosa. Mesmo fazendo a queixa, ela não rompe o ciclo da violência”, diz.

Para a psicóloga, a rede preci-

sa se preparar não apenas para fazer o atendimento imediato dessas mulheres, mas deve estar apta para atender a demanda psicológica. “É preciso resgatar a autoestima dessas mulheres.”

Julio Jacobo Waiselfisz, autor do Mapa da Violência, afirma que os dados apresentados no DataSus “ainda são só a ponta do iceberg”. Waiselfisz diz que há dois motivos para explicar a subnotificação: primeiro, os dados são de mulheres que procuram o posto de saúde, o que significa que sofreram violência média ou grave. “A violência cotidiana, do dia a dia, continua não sendo comunicada”, diz. Segundo, a sobrecarga de trabalho dos médicos, que podem deixar de fazer as notificações e detalhar os quadros da vítima.

Hoje, o Brasil tem 552 serviços de atendimento às mulheres em situação de violência sexual e doméstica. Padilha informou que o ministério vai lançar um edital de R\$ 30 milhões para que as prefeituras apresentem programas e ações.

“A ideia é que equipes de atenção básica criem estratégias para reduzir a violência e a reincidência”, afirmou o ministro.

● Solicitações

2 mulheres

por dia foram ao Ministério Público Estadual de São Paulo, entre janeiro e abril deste ano, em busca de proteção da Justiça. A maioria quer que o agressor mantenha distância de sua vida.

O ESTADO DE S. PAULO

Corregedoria do CNJ

começa inspeção

no TJ de São Paulo

● Pente-fino

ELIANA CALMON
CORREGEDORA NACIONAL DE
JUSTIÇA

"Se não tomar as providências,
a corrupção tende a crescer"

07 AGO 2012

Depois das resistências do tribunal, força-tarefa de mais de 30 pessoas chega para apurar folha salarial e precatórios

A um mês de encerrar seu mandato como corregedora nacional de Justiça, a ministra Eliana Calmon iniciou ontem uma inspeção no Tribunal de Justiça de São Paulo – a maior corte estadual do País, com 353 desembargadores e 2.021 juízes. É o 25.º e último dos TJs estaduais inspecionados pelo CNJ.

Uma força-tarefa de mais de 30 funcionários deverá debruçar-se, de início, sobre a folha de pagamentos, a fila de precatórios e questões administrativas do tribunal, numa etapa que deve durar uma semana. Entre as denúncias contra o tribunal paulista, estão atraso no julgamento dos processos e corrupção de juízes na primeira instância. O relatório da primeira fase deve ser divulgado no dia 20.

Numa entrevista antes de iniciar os trabalhos, a ministra lembrou que o TJ de São Paulo foi o que mais resistiu à atuação do CNJ, mas "deu o primeiro passo para a transparência" e hoje pode ser considerado "um tribunal aberto". Chamou-o também de "um símbolo", porque nele "tramitam mais de 60% das ações do Brasil inteiro".

Em março, no auge da pressão pela divulgação dos contracheques dos mais altos servidores, Sartori chegou a desafiar Calmon a apresentar o seu próprio holerite. Ontem, no entanto, o clima era de paz. Sartori disse estar comemorando a chegada do CNJ, que poderia oferecer "novos caminhos e novas ideias" à corte paulista.

Defesa. Em defesa do tribunal, o presidente Ivan Sartori ressaltou que as denúncias de corrupção na primeira instância envolvem apenas 2% dos magistrados e que sua gestão já afastou dez juízes, dos quais dois por corrupção.

"Se não tomar providências, a corrupção tende a crescer", ponderou Calmon. Para ela, o atraso nos julgamentos ocorre devido à falta de estrutura das varas de primeira instância. "Somos mais tolerantes porque temos consciência de que a primeira instância está sucateada. Lá temos verdadeiros heróis", disse.

"O TJ mudou. Foi o último tribunal a ter uma abertura e a aceitar o CNJ", avaliou a ministra. Segundo Eliana, o TJ-SP tem feito prestação de contas constantemente ao CNJ e os problemas de gestão da corte "estão entrando nos trilhos". "A corregedoria tem total liberdade de chegar e fazer o seu trabalho hoje", completou a ministra, que elogiou "o choque de gestão" no TJ-SP.

A inspeção no TJ-SP deve se estender por mais três etapas, que serão conduzidas pelo sucessor da ministra Calmon na corregedoria. Além da folha de pagamento, dos precatórios e das questões administrativas, a corregedoria vai inspecionar processos de licitações e contratos administrativos.

07 AGO 2012

O ESTADO DE S. PAULO

As ameaças contra a OAB

Axemplo do que ocorreu há alguns anos, quando deputados denunciados por promotores de Justiça apresentaram projetos de lei para esvaziar as prerrogativas do Ministério Público, parlamentares da bancada evangélica estão querendo adotar o mesmo expediente para enfraquecer a OAB.

A ofensiva contra a entidade decorre dos discursos moralizadores que o presidente do Conselho Federal da OAB, Ophir Cavalcante, vem fazendo desde sua posse. Ao assumir o cargo, em 2010, ele criticou a corrupção da classe política, comparou o Congresso a um “pântano” e pediu a senadores e deputados federais que tivessem “mais vergonha na cara”. Também foi implacável quando foram divulgados vídeos mostrando deputados distritais evangélicos de Brasília fazendo orações depois de receber propina. E em 2011, quando foi instalada a comissão especial encarregada de analisar alterações no Código de Processo Civil, Cavalcante vetou o nome indicado pelo PMDB como relator, o do deputado fluminense Eduardo Cunha, por não ser vinculado ao “mundo do direito”.

Por sua vez, Cunha, que é um dos articuladores da bancada evangélica, passou a lutar contra a reeleição de Cavalcante e lançou uma campanha contra a OAB. Entre outras tentativas de retaliação, os parlamen-

tares evangélicos apresentaram dois projetos de lei – um prevendo a eleição direta para a presidência da OAB, outro extinguindo o chamado exame da Ordem, a prova de qualificação para obtenção de registro profissional. O relator do segundo projeto é o pastor Marco Feliciano (PSC-SP), que já deu parecer favorável.

A prova de habilitação profissional – que tem uma taxa média de reprovação de 75% – vem sendo aplicada há 40 anos pela OAB. A entidade alega que ela é decisiva para impedir a entrada de bacharéis sem qualificação no mercado de trabalho. A bancada evangélica acusa o exame da Ordem de ser uma “reserva de mercado”. Para os deputados evangélicos, o alto índice de reprovações é a forma pela qual a entidade controla a entrada de novos advogados no mercado de trabalho, evitando assim que o aumento na oferta de serviços jurídicos reduza o nível salarial da categoria. Atualmente, há 1.259 faculdades de direito no País. Elas têm 700 mil alunos e formam 90 mil bacharéis por ano.

Como esses bacharéis têm de pagar para se submeter ao exame de qualificação profissional, a bancada evangélica também acusa a OAB de tê-lo convertido em fonte de lucro, assegurando o ingresso de R\$ 70 milhões por ano aos cofres da entidade. E como ela tem o estatuto jurídico de autarquia especial, os parlamentares evangélicos alegam que sua

contabilidade é “inacessível”, na medida em que não precisa ser submetida ao TCU.

Alegando que esses recursos são gastos de modo perdulário, Cunha e Feliciano anunciaram que, na volta do recesso parlamentar, proporão a abertura de uma CPI para investigar as contas do Conselho Federal da OAB. Além disso, divulgaram que já estão negociando com o presidente da Câmara, Marco Maia, que o projeto de extinção do exame da Ordem passe a tramitar em regime de urgência. A ofensiva liderada por Cunha contra a entidade tem o apoio do ministro da Pesca, Marcelo Crivella. Ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, o ministro vem travando uma batalha contra a seccional fluminense da OAB, que tem se recusado a expedir carteiras de advogado para membros de seu grupo político, no Rio de Janeiro. Em nota, a OAB criticou a proposta de abertura da CPI, afirmando que vive de anuidades e que não recebe dinheiro público. Também classificou de “eleiçoeira” a ofensiva da bancada evangélica e anunciou que continuará cobrando seriedade e honestidade da classe política.

As críticas contra a OAB são antigas e ela nem sempre as suportou com suficiente clareza. Mas isso não dá aos membros da bancada evangélica o direito de usar as prerrogativas de seu mandato para defender projetos concebidos mais como vingança do que com base no interesse público.

07 AGO 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Contraditório. Advogado afirma que nenhum depoimento confirma corrupção e faz apelo ao STF por 'julgamento técnico'; defesa de Delúbio afirma que esquema de pagamento de parlamentares era apenas caixa 2 para pagar dívidas de campanha de partidos aliados

Defesa de Dirceu evoca Lula e Dilma e diz que ex-ministro não é 'quadrilheiro'

Apontado como "autor intelectual" do mensalão pela Procuradoria-Geral da República, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu recorreu aos testemunhos do ex-presidente Lula, da presidente Dilma Rousseff e de ministros de Estado na tentativa de convencer o Supremo Tribunal Federal de que não é "chefe de quadrilha". "Se não pode se dar credibilidade a esses depoimentos, eles têm de ser processados por falso testemunho", afirmou José Luís Oliveira Lima, advogado de Dirceu.

Ontem, início da segunda fase do julgamento – em que as defesas apresentarão suas versões –, Dirceu e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, ambos acusados de corrupção ativa e formação de quadrilha, negaram por meio de seus advogados a compra de votos no Congresso durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva.

A defesa de Delúbio admitiu que ele cometeu crime de caixa 2 – cujas penalidades já estão prescritas. A defesa do ex-tesoureiro reafirmou a versão segundo a qual o mensalão foi só um esquema para pagar dívidas de campanha do PT e de partidos aliados.

Primeiro dos advogados a falar ontem, o defensor de Dirceu apelou aos ministros para que fizessem uma análise "técnica" do caso. "Quero dizer que Dirceu não é chefe de quadrilha, não. E os au-

tos é que falam isso", disse. "Não vou pedir a absolvição de Dirceu pelo seu passado. Ele tem folha de serviços prestados ao País, gostem ou não. Ele não tem folha corrida", afirmou Oliveira Lima.

O advogado citou diversos depoimentos para tentar derrubar o que o Ministério Público considerava provas de que Dirceu foi o chefe do mensalão. Em um deles, Dilma afirmou desconhecer algum tipo de favorecimento por atuação de Dirceu para o banco BMG, que forneceu empréstimos para o PT e para agências do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza – o dinheiro foi usado para pagar parlamentares. O mesmo disse o ex-presidente Lula nos autos do caso.

Por meio de sua defesa, Dirceu afirmou não haver provas de que tenha procurado parlamentares para oferecer dinheiro em troca de apoio aos projetos em tramitação no Congresso de interesse do governo. Não há, de acordo com o advogado, prova de corrupção ativa. "Não existe na ação penal nenhum depoimento nesse sentido", afirmou.

A acusação, conforme a defesa de Dirceu, teria se baseado apenas nos depoimentos extrajudiciais, tomados na CPI dos Correios, como o do presidente do PTB, Roberto Jefferson, para acusar o ex-ministro de prática de corrupção ativa. A defesa tentou

desqualificar as declarações de Jefferson. "Eu não quero desmerecer quem faz a acusação, mas vamos situar o momento em que Roberto Jefferson prestou aquele depoimento. Ele estava acudado por ter participação na corrupção nos Correios. E um homem eloquente, belo orador, e conseguiu fazer um bom teatro. Por que teatro? Porque todas as acusações que Roberto Jefferson fez contra o meu cliente a prova destruiu", disse Oliveira Lima.

O advogado de Dirceu tentou ainda demonstrar que o ex-ministro não tinha o comando do PT e não participava das decisões da cúpula do partido desde que assumiu a chefia da Casa Civil, em 2003. "Quando assumiu a chefia da Casa Civil, ele deixou de participar da vida do partido. Quem fala isso são as testemunhas. Foram dezenas de depoimentos nesse sentido", afirmou.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

07 AGO 2012

Caixa 2. “Ele operou caixa 2 de campanha? Operou. É ilícito? E.” A frase do advogado Arnaldo Malheiros Filho foi a tônica de sua sustentação oral diante dos ministros – alguns, como Joaquim Barbosa e Gilmar Mendes, chegaram a fechar mais pausadamente os olhos durante a exposição do advogado criminalista.

“Delúbio não nega (*caixa 2*). Mas ele não corrompeu ninguém”, afirmou Malheiros Filho, tentando afastar as suspeitas de compra de votos no Congresso.

O advogado entregou aos ministros dados que mostrariam, de acordo com ele, não ter havido influência nas votações dos parlamentares. No material, gráficos mostrariam que o apoio de PL, PTB e PMDB na Câmara caiu na mesma época em que os saques de recursos do mensalão aumentaram. Se fosse verdade, disse ele, que havia compra de votos, o PT seria um “traído feliz”. “Não teria sido compra muito útil ou inteligente”, afirmou.

A defesa de Delúbio tentou diminuir os efeitos de um argumento usado pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Gurgel questionou por que razão todos os recursos movimentados não passavam pelo sistema bancário e eram, inclusive, transportados em espécie, parte até dentro de carros-forte.

“O procurador disse que uma pergunta que nunca foi respondida é por que tudo era em cash (*dinheiro vivo*). As alegações respondem: porque era ilícito”, afirmou Malheiros. “O PT não podia fazer transferência de um dinheiro que não entrou no seu livro. As despesas pagas eram sem nota. Quem tem vivência de eleições sabe que o que circula é a moeda corrente”, acrescentou.

A penalidade para crimes eleitorais como o caixa 2 de campanha chega a no máximo 5 anos de detenção. Se for condenado por um crime assim, Delúbio não precisaria nem cumprir pena, pois já houve prescrição. O crime de corrupção ativa tem pena mais alta: ela varia de 2 a 12 anos de detenção.

Sustentações

“Meu cliente não é quadrilheiro. Nenhum depoimento incrimina José Dirceu. O Ministério Público não demonstrou, não comprovou sua tese. Não por incompetência, não por inércia, e sim porque não é verdade que existiu a compra de votos”

José de Oliveira Lima,
ADVOGADO DE JOSÉ DIRCEU

“Ele não é réu pelo que fez ou deixou de fazer, mas é réu pelo que ele foi. Se é bruxa, queima. É o direito penal nazista. Se é judeu, mata. Foi presidente do PT, então tem que ir para a cadeia”

Luiz Fernando Pacheco,
ADVOGADO DE JOSÉ GENOINO

“Delúbio é um homem que não se furta a responder por aquilo que fez. Ele fez caixa 2, isso ele não nega. Agora, ele não corrompeu ninguém”

Arnaldo Malheiros Filho,
ADVOGADO DE DELÚBIO SOARES

CONTINUA

Defesa cita Marco

Aurélio e pede 'mínimo de prova'

07 AGO 2012

Após ministro dizer ao 'Estado' ser difícil obter confissão em casos de corrupção, advogados afirmam que dúvida deve beneficiar réu

Enquanto fazia sustentação oral no Plenário do Supremo Tribunal Federal em defesa do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, o criminalista Arnaldo Malheiros Filho voltou-se para o ministro Marco Aurélio Mello e disse: "Eu não quero uma escritura pública, eu não quero uma confissão, mas o mínimo de prova tem que haver".

Malheiros estava se referindo à entrevista do ministro publicada ontem pelo **Estado** na qual Marco Aurélio declarou que, para a condenação de acusados por corrupção, como o ex-ministro José Dirceu, não há necessidade de prova cabal.

"O que é que vai querer em termos de provas (*de corrupção*)? Uma carta? Confissão espontânea? É muito difícil você ter uma confissão espontânea. Você tem confissão espontânea de ladrão de galinha. Agora, do traficante ou de um delito mais grave, não tem. Só se partir para a escritura pública", disse Marco Aurélio.

"Os ministros têm as opiniões deles. Eu quero ver essas opiniões traduzidas em decisões nos autos", disse outro criminalista, Luiz Fernando Pacheco, que defende o ex-presidente do PT, José Genoino.

Para alguns juristas, as declarações de Marco Aurélio soam como antecipação de voto, o que poderia abrir caminho para arguição de seu impedimento nos autos do mensalão. "Ele (*Marco Aurélio*) não deveria ficar falando durante o julgamento, falando inclusive no mérito, porque a manifestação foi de mérito", observou o advogado Luiz Flávio Gomes, juiz aposentado.

Para Gomes, o ministro descumpriu a Lei Orgânica da Magistratura, que proíbe magistrado de comentar o caso que vai julgar. "Corre o risco de ser impugnado como parcial", afirmou.

"Ao falar da prova cabal, o ministro caiu na impossibilidade de votar, de alguma forma ele antecipou alguma coisa fora de hora", entende o jurista Walter Fangiello Maierovitch.

"Um ministro não pode falar exatamente sobre aquilo que é objeto principal na área criminal, o exame da prova. Ele (*ministro*) cavou o seu próprio impedimento porque já anunciou algo que poderá ocorrer, ele se pronunciou", reitera Maierovitch. "Agora, veja bem, como resolver isso no âmbito do Supremo se o procurador-geral da República (*Roberto Gurgel*) disse que abriu mão de arguir a parcialidade do ministro Dias Toffoli para não retardar o processo? Toffoli é flagrantemente não só impedido, como também é suspeito."

Espírito. O criminalista Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, que defende a executiva Ayanna Tenório, do Banco Rural, avalia que o juiz deve absolver quando tem dúvidas. "A questão é essa. Se houver dúvida do julgador, ele tem que absolver. Não pode condenar ninguém na dúvida", argumentou Mariz. "Prova cabal é a prova que não pode deixar dúvidas no espírito do julgador. Se tem certeza, condena; se não tem, absolve."

O criminalista Alberto Zacharias Toron, que defende o deputado João Paulo Cunha (PT-SP)

no processo do mensalão, considera que não há motivos para arguir impedimento de Marco Aurélio. "Vejo o comentário dele como uma questão doutrinária e jurisprudencial, em tese. Li a declaração dele como a expressão do entendimento de que, em certos casos, bastam indícios para condenar, desde que concatenados, convergentes e não contrários por outro indício."

Mendes diz apoiar sessões extras para evitar atrasos

● O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes disse ontem que apoiará a realização de sessões extras para cumprir o cronograma do julgamento do processo do mensalão. "Esta é uma questão que o presidente (*Carlos Ayres Britto*) terá de avaliar", afirmou. "Se houver necessidade, ele certamente fará a convocação e nós vamos apoiá-lo."

Em entrevista publicada ontem pelo **Estado**, o ministro Marco Aurélio Mello afirmou ser contra sessões extras apenas para que o ministro Cezar Peluso, que se aposenta compulsoriamente no dia 3 de setembro ao completar 70 anos de idade, possa votar no julgamento. Peluso é considerado um juiz linha dura que tende a pedir a condenação de boa parte dos réus do mensalão. Novo atraso como o ocorrido no primeiro dia de julgamento poderá tornar inviável seu voto.

CONTINUA

Análise: Rafael Mafei Rabelo Queiroz

Provas, contraditório e o tempo do processo



Princípio do contraditório. Essa foi a norma jurídica mais invocada no terceiro dia de julgamento da Ação Penal 470, quando falaram os primeiros 5 advogados dos 38 acusados. O princípio do contraditório é regra de direito constitucional e processual diretamente relacionada à ampla defesa. Assegura às partes a ciência e participação nos atos no processo, bem como a possibilidade de contestá-los. A observância do contraditório não é obrigatória na investigação, quando muitas vezes nem é conhecido o autor do fato. No caso da Ação 470, essa fase abrangeu inquéritos e CPIs, nas quais muitos depoimentos foram colhidos, muitos documentos, coletados e muitas perícias, realizadas.

As provas que servem para amparar uma decisão condenatória devem ter sido produzidas sob garantia do contraditório, segundo a lei processual. Quando emprestadas de outro procedimento (uma ação administrativa, por exemplo), os tribunais costumam exigir que o contraditório tenha sido observado em sua origem. Os defensores de ontem imputaram à acusação o vício de ter se apoiado apenas em provas colhidas em inquéritos e CPIs. Entendem que tais provas não podem ser usadas para a condenação, por falta do contraditório. Testemunho colhido em juízo, por exemplo, permite a advogados que façam perguntas às testemunhas. Sem isso, há prejuízo para a defesa.

O Código de Processo Penal abre pequena exceção ao dizer que a condenação não poderá basear-se “exclusivamente em elementos informativos”. Mas pode parcialmente e a questão é: até que ponto? As provas precisam ser analisadas em seu conjunto e os ministros podem fazê-lo livremente, segundo princípio da livre apreciação da prova. Além de muitos documentos juntados aos autos, foram ouvidas cerca de 600 testemunhas na fase de instrução da ação, a enorme maioria de defesa, dado o número de réus. Mais testemunhas de acusação poderiam ter sido ouvidas, se assim tivesse pedido a Procuradoria-Geral. É, porém, de uma escolha de Sofia para o acusador: oitivas testemunhais levam tempo, esbarrando em questões que vão desde a agenda de audiências do juízo até dificuldade de localização das testemunhas. Tivesse sido essa a escolha da acusação, talvez não estivéssemos ainda no julgamento. E o tempo é inimigo da efetividade do processo.



PROFESSOR DA DIREITO GV

Defensor diz que Genoino é réu ‘só por ter presidido PT’

● O advogado Luiz Fernando Pacheco disse ontem que o ex-deputado José Genoino foi denunciado só por ter presidido o PT na época do escândalo do mensalão. “Ele não é réu pelo que fez ou deixou de fazer. É réu pelo que ele foi.” Pacheco fez um paralelo com o nazismo para tentar demonstrar que seu cliente foi processado injustamente por formação de quadrilha e corrupção.

“Responsabilidade objetiva nos remete à Idade Média. Queima porque é bruxa. E porque é bruxa que queima”, disse. “É o direito penal do terror. É o direito penal do inimigo. É o direito penal nazista. É judeu, então mata. E mata porque é judeu. É presidente do PT? Tem que ir para cadeia.”

O advogado disse que Genoino não tratava das finanças do partido, tarefa que atribuiu a Delúbio Soares. A defesa sustentou que, após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as finanças do partido ficaram “em frangalhos” e por isso foram feitos empréstimos bancários. “São dois contratos dos quais o Genoino foi avalista, contratos esses que foram firmados com o conhecimento de toda a direção do PT.”

Pacheco negou que tenha ocorrido compra de votos de parlamentares em troca de apoio ao governo.

SÔNIA RACY Carioca...

Luiz Fux, do STF, abdicou do cooper pelas ruas brasilienses e de jantares em restaurantes da capital. Até o fim do julgamento do mensalão.

E para ficar atento durante as longas sessões que se seguirão está tomando mais café.

...da gema

Mas de uma coisa o magistrado não abre mão: praia no fim de semana. No Rio, claro.

O ESTADO DE S. PAULO

A importância histórica do STF

ARNALDO LABOR

Não julgam apenas umas roubalheiras, mas a tentativa de desmoralizar a democracia

07 AGO 2012

Eu vi os dois primeiros dias do julgamento do mensalão. E, 'data venia', vi que há no Tribunal alguma coisa nascendo nas frestas dos rituais solenes: os indícios de um fato histórico: o STF está mais ligado ao mundo real, mais atento à opinião pública (por que não?)

Mas, dava para ver um tenso alvoroço no plenário como na pré-estreia de um filme inédito. Tudo parecia ainda um atemorizante sacrilégio, como se todos estivessem cometendo um pecado – o delito de ousar cumprir a lei julgando poderosos. Será que ousarão contrariar séculos de impunidade, séculos de distância entre a Justiça e a sociedade?

Vi o frisson nervoso nos juízes que, depois de sete anos de lentidão, têm de correr para cumprir os prazos impostos pelas chicanas e pelos retardos que a gangue de mensaleiros conseguiu criar. Suprema ironia: no país da justiça lenta, os ministros do Supremo são obrigados a correr, andar logo, mandar brasa, falar rápido, pois o Peluso tem de votar e sai em setembro. E só há julgamento porque o ministro Ayres de Britto se empenhou pessoalmente em viabilizar prazos e datas. Se não, não haveria nada.

O STF parecia um palco armado: os advogados dos réus numa tribuna, a imprensa, convidados VIPs. Os advogados se movem em sincronia como discretos bailarinos de ternos, com expressões céticas ou quase cínicas, um tédio proposital nas caras, ostentando a tranquilidade profissional de pistoleiros bem pagos antes de sacar a arma no duelo.

Ali estavam os protagonistas: Joaquim Barbosa transido de dores, ardendo na pressa de emplacar esta revolução no STF, defrontando-se com a programada lentidão de seu inimigo principal, Lewandowski, o homem que levou seis meses para ler um processo escancarado havia sete anos, e que no início do julgamento deu-se ao capricho de ler o seu voto por uma hora e meia, conseguindo cumprir a estratégia de Thomaz Bastos e atrasar

mais um dia no processo. E conseguiu irritar Joaquim Barbosa, que o chamou de "desleal". Lewandowski retrucou, revelando a intenção que lhe vai na alma: "pelo que vejo, este julgamento vai ser turbulento". Quando foi cantar o Gilmar Mendes, Lula disse que Lewandowski estava sob muita pressão e que o Joaquim Barbosa era um "complexado" – por quê? Porque é preto e está de coluna doendo? Ninguém, claro, assume o sutil racismo brasileiro, mas ninguém esquece que ele é preto; nem ele. A verdade é que Lula o nomeou achando que seria uma "ação afirmativa" para seu governo e que Barbosa lhe seria grato. Lula achava que podia influir no outro poder com esse gesto. Dançou também no seu 'alopramento'.

No voto de Lewandowski vimos seu desejo de deixar patente na TV que é resistente a pressões de nossa 'rasteira' opinião pública. Quis também exibir cultura jurídica cravejada de citações, criando um mecanismo de defesa preventivo que transmuta sua fama de lento em 'independência' minuciosa. O julgamento vai oscilar entre a pressa e a lentidão. Pelos freios e embreagens, a defesa dos réus se fará por meio de chicanas retardadoras, por atrasos programados, por bloqueios e 'questões de ordem' com cascas de banana.

Aí, começou a leitura da acusação do procurador-geral da República, que ouvi com um arrepio de orgulho, como se estivesse na Inglaterra diante de um sistema judiciário impecável. Seu relatório serviu como uma viagem no tempo, rememorando toda a chanchada depressivamente que foi o escândalo do mensalão, sete anos atrás. Tudo reapareceu: cada malinha de dinheiro vivo do Banco Rural, cada cheque administrativo, cada mentira e negação. Será difícil contestar o relatório e o voto de Roberto Gurgel, pois ele exibiu o óbvio, a autoevidência dos delitos. Daí, o show de chicanas a que assistiremos.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

07 AGO 2012

Foi espantoso constatar também que os “malfeitos” dos mensaleiros foram incrivelmente “aloprados”, trabalho de ridículos amadores, deixando pistas gritantes, dando bandeiras em todas as direções. Como puderam errar tanto, ser tão primários?

Pensei e vi o óbvio – lembrei-me dos velhos comunistas que eu conheci tão bem na minha revolução juvenil.

O povão era nossa boa consciência, o povão era nosso salvo-conduto para a alma pacificada, sem culpas – o povão era nossa salvação.

Nós éramos mais “puros”, mais poéticos, mais heroicos. Ai, que saudades do comunismo e, como dizia Beckett: “Que saudades das velhas perguntas e das velhas respostas...” A ‘verdade’ era o simplismo; complexidade era (e ainda é, para eles) coisa de ‘direita’.

Mas, como era bom se sentir superior a um mundo povoado de “burgueses, caretas e babacas”, como eu classificava a humanidade. Daí, a explicação: para que se importar com os babacas? Podemos deixar pistas à vontade porque, como disse o Lula, “sempre foi assim”. Passaram a “desapropriar” a grana da “direita” – ou seja, inventaram o roubo com boa consciência, para ‘salvar’ o povão com a grana do povão. Claro que isso foi apenas o “rationale” para justificar a ‘mão grande’, um estandarte ideológico para legitimar a invasão da ‘porcada magra no batatal’. Claro que pegaram altos trocos, porque ninguém é de ferro. Só não contavam com as ‘cobras criadas’ do Congresso, como o Jefferson, que viram aqueles comunas folgados descumprindo promessas, tratando-os com descaso de heróis contra ‘burgueses alienados e covardes’. Deu nas denúncias operísticas do Jefferson, um dos recentes salvadores da pátria. Por trás do mensalão há desprezo pela inteligência da sociedade.

Mas, muito mais grave do que a tradicional mãozinha nas cumbucas, mais grave que punhados de dólares na cueca ou na bolsinha, muito mais grave é a justificativa de que tudo não passou de ‘crime eleitoral’, quando se tratou de mais de R\$ 100 milhões num roubo “revolucionário”. Os mensaleiros se absolvem e justificam porque teriam uma missão acima da democracia “burguesa”.

Portanto, o STF não está julgando apenas umas roubalheiras, mas a tentativa de desmoralizar a democracia para o benefício de um partido único. O PT quis usar o governo que “tomaram” para mudar o Estado brasileiro. O STF está julgando a preservação da República que lentamente se aperfeiçoa e este julgamento já é uma etapa de nossa evolução democrática.

PR ganhará 5 novas varas da mulher

Angélica Favretto, especial para a Gazeta do Povo

■ Cinco varas especializadas no combate à violência contra a mulher serão criadas em todo o estado. Na tarde de ontem, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) oficializou o termo de acordo que trata, entre outras propostas, da instalação de unidades em Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Guarapuava e Foz do Iguaçu. A implantação da vara de Cascavel será na próxima quinta-feira. Elas não são exclusivas para os casos de violência doméstica contra a mulher, atuando também em áreas relacionadas, como a de criança, adolescente e idoso.

Ao completar seis anos de vigência, a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, dá um grande passo com a assinatura do termo no Paraná. O documento propõe que os órgãos parceiros atuem também na divulgação, consolidação e implementação da lei, já que o Tribunal de Justiça havia sido denunciado mais de uma vez pela Ordem dos Advogados do Brasil, pela falta de estrutura dispensada nos casos de violência doméstica.

Com isso, a estrutura do TJ é alterada, porque há a necessidade de contratar mais assistentes sociais e psicólogos, por exemplo. Além disso, a corregedoria está ordenando uma resolução para dar a competência adequada aos juízes das comarcas

atender a demanda. "Onde houver duas varas criminais, vamos identificar o juiz de maior afinidade com o tema, e designá-lo ao trabalho", diz a desembargadora Rosana Fachin, coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

O documento foi assinado pelo desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação, em nome do TJ-PR e pelos órgãos que firmaram o acordo: Associação dos Magistrados do Paraná, o Ministério Público do Paraná, a Fundação Escola do Ministério Público (Fempar), a Defensoria Pública do Paraná, a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, a Secretaria de Estado da Educação, a Secretaria de Estado da Educação, a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, as Faculdades Integradas do Brasil e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná. Esse grupo tem 30 dias para indicar representantes que irão desenvolver ações para prevenir os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.



Rosana: acordo histórico.

MORTES DE MULHERES

Péssimos números do Paraná e CPMI foram decisivos em acordo

De acordo com o Mapa da Violência – 2012, divulgado pelo Instituto Sangari, o Paraná está em terceiro lugar no número de mortes de mulheres: 6,3 casos para cada 100 mil habitantes. O índice está acima da média brasileira que é de 4,4 mortes/100 mil, em dados de 2011. Esses números, mais a constatação feita pelos deputados e senadores da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre a Violência contra a Mulher, que estiveram em Curitiba no fim de junho, mostrando que o estado tem graves problemas no atendimento aos casos de agressão contra a mulher, incentivaram a agilidade na assinatura do Acordo de Cooperação Técnica. "Essas percepções foram decisivas", diz a desembargadora Rosana Fachin.

GAZETA DO POVO

Juiz decide que Barbosa Neto pode ser o 7 AÇO 2012 candidato neste ano

A decisão mantém prefeito que teve o mandato cassado na disputa pela prefeitura de Londrina

A candidatura do prefeito cassado Barbosa Neto (PDT) à prefeitura de Londrina foi confirmada ontem pelo juiz da 41.ª Zona Eleitoral, Álvaro Rodrigues Júnior. A decisão mantém o nome de Barbosa entre os concorrentes ao cargo de prefeito na cidade, mesmo que ele tenha tido o mandato cassado, no último dia 30 de julho.

Pela sentença, o juiz eleitoral entendeu que o deferimento da candidatura deve ser decidido com base nas "condições de elegibilidade" do momento em que a candidatura foi registrada. O registro da candidatura de Barbosa foi feito no dia 5 de julho, 25 dias antes da sessão da Câmara dos Vereadores que cassou o mandato do pedetista. No despacho, Rodrigues Junior afirma que Barbosa Neto "preenchia todas as condições de elegibilidade e nenhuma causa de inelegibilidade".

"O momento para aferir a elegibilidade é a hora do pedido de registro de candidatura"

Adolfo Góis, advogado de Barbosa Neto.

Imbróglio

Com isso, apesar de estar inelegível por oito anos, decisão decorrente da condenação pela Comissão Processante, Barbosa não está impedido de concorrer às eleições. De acordo com o juiz eleitoral, a inelegibilidade "pode ser alegada e apreciada em recurso contra a diplomação". Significa que Barbosa pode até ser eleito e o debate sobre ele ser empossado acontecerá no momento da diplomação.

O advogado Adolfo Góis, que defende Barbosa, comemorou a decisão, que manteve o deferimento da candidatura do pedetista. "É exatamente isso que diz a lei, a doutrina e a jurisprudência. O momento para aferir a elegibilidade é a hora do pedido de registro de candidatura", declarou Góis.

O advogado criticou os adversários de Barbosa e o Ministério Público, que chamam a atenção para a "insegurança jurídica" de um candidato *sub judice*, caso do pedetista, disputar a eleição

e abrir o caminho para um novo terceiro turno, como aconteceu em 2008. "Os adversários ou quem quer que seja estão agindo na futurologia, com poderes de adivinhação. Acreditam que futuramente Londrina vai ter quarto turno, terceiro turno", afirmou Góis, para quem o que está *sub judice* é a cassação de Barbosa e não a sua candidatura.

A promotora Susana de Lacerda, autora do pedido de reconsideração do deferimento da candidatura do prefeito cassado Barbosa Neto, avaliou que "a chance de não existir o terceiro turno estava nas mãos da Justiça Eleitoral e em especial nas mãos do juiz eleitoral. Quem poderia ter feito diferente era o juízo da 41.ª zona eleitoral". Ela defendeu que o juiz Álvaro Rodrigues Junior deveria ter esperado para decidir sobre o deferimento de Barbosa Neto no dia seguinte, depois da sessão de julgamento.

GAZETA DO POVO

Conselho adia decisão sobre retorno de

Delazari ao MP

O Conselho de Procuradores do Ministério Público do Paraná adiou a decisão sobre a possível volta do ex-secretário da Segurança Pública Luiz Fernando Delazari aos quadros do MP. Ontem, durante a sessão do Conselho, os procuradores entenderam que o caso deve ser apreciado pelo Colégio de Procuradores do Ministério Público, em sessão que deve ser realizada ainda neste mês.

Delazari foi exonerado do cargo de promotor de Justiça em agosto de 2007 porque ocupava o cargo de secretário da Segurança no governo Roberto Requião (PMDB). Uma resolução do Conselho Nacional do MP vedava o acúmulo de cargos de membros da instituição. Depois de renovar a licença por duas vezes, Delazari teve de escolher entre a carreira de promotor e o cargo de secretário. Ele optou por permanecer no cargo de secretário.

Resolução

Em 2010, essa resolução que proibia o acúmulo de cargos foi revogada, o que serviu de argumento para Delazari pedir a reintegração ao quadro do Ministério Público.

Procurado pela reportagem, Delazari não quis comentar o caso. Disse apenas que vai aguardar a decisão do Colégio de Procuradores do MP do Paraná.

07 AGO 2012

NOTA POLÍTICA

Sem vice...

O candidato do PMDB à prefeitura de São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, está sem vice novamente. O juiz eleitoral da 8ª zona, Ricardo Augusto Reis de Macedo, indeferiu a candidatura do empresário Marcos da Vidofer (PV), vice na chapa de Rodrigo Rocha Loures (PMDB). O pedido de impugnação foi formulado pela antiga executiva do PV no município, que defende o apoio do partido ao atual prefeito e candidato à reeleição, Ivan Rodrigues (PSD), decisão que contraria o entendimento do diretório estadual do PV.

... outra vez

O registro da coligação PMDB-PV em São José dos Pinhais já havia sido suspenso por liminar da Justiça Eleitoral. Na última quinta-feira, essa liminar chegou a ser derrubada pelo mesmo juiz que, agora, manteve a primeira decisão. No despacho, o juiz Ricardo Augusto Reis de Macedo classificou a segunda convenção do PV no município, realizada com intervenção da executiva estadual, como "irregular", pois descumpriria o próprio estatuto do partido. O advogado da campanha de Rocha Loures informou que entrará com recurso junto ao Tribunal Regional Eleitoral para reverter a decisão.

07 AGO 2012

GAZETA DO POVO

Gilmar Mendes defende sessões extras para que Cezar Peluso vote

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes divergiu ontem do ministro Marco Aurélio Mello e disse que, se houver necessidade, apoia a realização de sessões extras para cumprir o calendário do julgamento do processo do mensalão, que teve início na semana passada. Com a iminente aposentadoria compulsória do ministro Cezar Peluso, que completa 70 anos no início de setembro, alguns juristas têm defendido a realização de sessões extras para viabilizar a sua participação no julgamento do escândalo político. Em entrevistas, Marco Aurélio Mello disse que a Suprema Corte deveria evitar marcar sessões extras para acelerar a análise do processo.

Em evento promovido ontem pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em São Paulo, Gilmar Mendes afirmou que a decisão caberá ao presidente Carlos Ayres Britto, mas que, se houver necessidade, terá o apoio dos demais ministros da Suprema Corte. “Essa é uma questão que o presidente terá de analisar. Se houver necessidade, ele certamente fará uma convocação e nós vamos apoiá-lo”, afirmou Gilmar Mendes.

O ministro do STF evitou posicionar-se sobre a discussão em torno da necessidade de um ato de ofício para condenar por corrupção os réus do processo do mensalão, argumento utilizado pelos advogados de alguns dos envolvidos no escândalo político. Gilmar Mendes afirmou ainda que está superado o episódio em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria pressionado o ministro para adiar o julgamento do mensalão, em virtude das eleições municipais deste ano. “O que tinha de ser falado já foi falado”, afirmou.

07 AGO 2012



» **INSPEÇÃO NO TJ-SP** A corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, e o presidente do Tribunal de Justiça de SP, Ivan Sartori, no primeiro dia da inspeção no órgão; segundo ela, há acusações contra 2% dos juízes de 1ª instância em SP

Procurador retira ação sobre concurso de juízes

OAB do Rio diz estranhar atitude do procurador; entre os réus estavam 2 desembargadores

No dia em que os 25 desembargadores mais antigos do Tribunal de Justiça do Rio decidiriam se houve ou não fraude no concurso para juízes de 2008, o representante do Ministério Público pediu a extinção do processo.

O subprocurador-geral de Justiça do Rio, Antonio José Campos Moreira, alegou que não havia legitimidade na denúncia do Ministério Público já que ela foi elaborada por promotores e não pelo procurador-geral, Cláudio Lopes.

Nos dez volumes do caso há acusações contra dois desembargadores, sete juízes (aprovados no concurso) e quatro advogados. Dois dos juízes acusados são filhos dos desembargadores suspeitos.

No processo há acusações de falsificação de documentos, estelionato e tráfico de influência. Suspeita-se que gabaritos das provas tenham sido passados a candidatos.

O pedido surpreendeu a OAB do Rio: "Essa decisão foi lamentável porque envolve a imputação de ter havido irregularidades no concurso. Ainda acho estranha a postura do subprocurador", afirmou Wadih Damous, presidente da seção do Rio.

Campos Moreira pediu a extinção do caso depois que 11 desembargadores decidiram que o Órgão Especial do TJ deveria julgar o caso. O pedido revoltou os promotores que assinaram a denúncia. Advogados dos acusados deixaram a corte comemorando.

07 AGO 2012

FOLHA DE S. PAULO
**Acusação é
afrenta à lei,
diz defesa de
José Dirceu**

Delúbio Soares assume caixa dois, mas
nega compra de apoio político pelo PT

No terceiro dia de julgamento do mensalão, os advogados de alguns dos principais réus negaram a existência de um esquema de compra de apoio político.

A defesa do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu disse que a condenação seria “o mais atrevido e escandaloso ataque à Constituição”, usando os termos aplicados pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, no pedido de condenação.

Os réus isentaram Dirceu e atribuíram ao ex-tesoureiro Delúbio Soares a responsabilidade por obter recursos para pagar dívidas com uso de caixa dois. A defesa de Delúbio assumiu como ilícitos os pagamentos.

O advogado de Marcos Valério negou o uso de verba pública, disse que seu cliente não é “troféu” e pediu que a Justiça leve em conta seus bons antecedentes, em caso de condenação.

07 AGO 2012

FOLHA DE S. PAULO

Condenar Dirceu é atacar a Constituição, afirma defesa

Advogado diz ao STF que Ministério Público desprezou as provas do processo

“Entende a defesa que o pedido [de condenação] de José Dirceu é o mais atrevido e escandaloso ataque à Constituição Federal”

O Ministério Público fechou os olhos para as provas dos autos

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA
advogado de José Dirceu

Defesa do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares repetiu discurso de que único ‘ilícito’ cometido foi o caixa dois eleitoral

A defesa do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu afirmou ontem, no terceiro dia do julgamento do processo do mensalão, que a condenação do petista representaria “o mais atrevido e escandaloso ataque à Constituição”.

O advogado de Dirceu, José Luis Oliveira Lima, parafraseou no plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que na sexta-feira havia dito que o mensalão foi “o mais atrevido e escandaloso” caso de corrupção do país.

O advogado alegou aos 11 ministros do STF que “o Ministério Público desprezou todas as provas do processo”.

“Não há, no entender da defesa, nenhuma prova, nenhum documento, nenhuma circunstância que incrimine José Dirceu”, disse Lima, numa fala de 40 minutos, 20 a menos do que tinha direito.

O advogado afirmou que as testemunhas — incluindo parlamentares do PT e ministros do governo, além da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula — ouvidas no processo não confirmaram depoimentos de outras testemunhas à CPI dos Correios e à Polícia Federal.

Segundo Lima, os primeiros depoimentos contra Dirceu foram “tumultuados”. A estratégia do advogado foi dizer que as conclusões da CPI, de 2006, foram desconstruídas no processo, quando as testemunhas foram novamente inquiridas.

“Não é verdade que existiu a propalada compra de votos, não é verdade que Dirceu ofereceu importância em dinheiro para que votassem com o governo”, afirmou.

CAIXA 2

O dia de ontem no julgamento foi dedicado à manifestação de cinco advogados de defesa, incluindo os três do chamado “núcleo político” do mensalão — Dirceu, o ex-presidente do PT, José Genoino, e o ex-tesoureiro do partido, Delúbio Soares.

As defesas dos petistas atribuíram a Delúbio a responsabilidade por obter recurso para a legenda.

Mas a defesa do ex-tesoureiro diz que não houve compra de parlamentares, apenas um “ilícito” eleitoral, o caixa dois, que é a obtenção de doações sem registro na Justiça Eleitoral.

Ao rebater a afirmação do Ministério Público de que Dirceu tinha “pleno conhecimento das atividades” de Delúbio, o advogado do ex-ministro afirmou: “O próprio Delúbio, quando interroga-

do, esclarece essa questão”.

O defensor de Genoino, Luiz Fernando Pacheco, atribuiu a Delúbio toda a tarefa de obter, em benefício do PT, dois empréstimos junto aos bancos Rural e BMG. “O Genoino não cuidava das finanças e da administração do partido. [...] O tesoureiro procurou instituições financeiras, negociou os termos dos empréstimos. Isso sempre foi a palavra de Delúbio”.

Segundo Pacheco, Genoino manteve reuniões com partidos aliados para analisar “pleitos de deputados, divergências políticas, mas nunca se discutiu sobre apoios financeiros”.

O defensor de Delúbio, Arnaldo Malheiros Filho, reforçou o discurso de que tudo se resumiu a caixa dois.

“Era ilícito mesmo, e Delúbio não se furta a responder pelo que fez, que ele operou, que isso é ilícito. Agora, ele não corrompeu ninguém”.

Malheiros também negou relação entre o pagamento a parlamentares e votações no Congresso. “A verdade é que a prova é pífia, é esgarçada, rala, ela não se presta à condenação de Delúbio.”

Do lado de fora, o advogado disse, sem apontar nomes, que integrantes do diretório nacional do PT tinham conhecimento do esquema de caixa dois.

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 07 AGO 2012

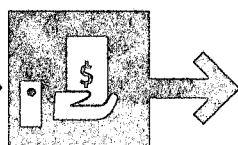
A DEFESA DOS PETISTAS

O papel dos acusados do núcleo político no esquema e o que seus advogados disseram

O QUE FOI O MENSALÃO
A Procuradoria o descreve como um esquema de compra apoio no Congresso organizado pelo PT



NÚCLEO POLÍTICO
Organizou o esquema para comprar votos de parlamentares no Congresso, segundo a Procuradoria



NÚCLEO OPERACIONAL
Distribuiu recursos de contratos públicos e empréstimos que a acusação considera fraudulentos



NÚCLEO FINANCEIRO
Ajudou a financiar o mensalão e viabilizou os repasses aos políticos beneficiados pelo esquema



CONGRESSO
A Procuradoria diz que congressistas do PP, PL e PTB receberam dinheiro em troca de apoio

Crimes de que são acusados →



Formação de quadrilha



Corrupção ativa

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

07 AGO 2012

QUEM SE DEFENDEU ONTEM



JOSÉ DIRCEU, 66

Ex-chefe da Casa Civil
Acusação: chefiava o esquema clandestino de financiamento que distribuiu recursos para garantir apoio ao governo no Congresso



JOSÉ GENOÍNO, 66

Ex-presidente do PT
Acusação: participou das negociações com partidos aliados e bancos envolvidos; orientou a distribuição do dinheiro do esquema



DELÚBIO SOARES, 56

Ex-tesoureiro do PT
Acusação: negociou com Marcos Valério a montagem do esquema e orientou a distribuição de recursos para os partidos aliados

DIRCEU CHEFIAVA O ESQUEMA?

Defesa de Dirceu

Não. Ele parou de participar do dia a dia do PT depois que assumiu a Casa Civil

Defesa de Genoíno

Seu advogado não falou especificamente sobre a questão ontem

Defesa de Delúbio

Não. Ele próprio se responsabiliza pela organização do esquema com Marcos Valério

HOUVE COMPRA DE VOTOS?

Defesa de Dirceu

Não. Deputados supostamente comprados já faziam parte da base aliada do governo

Defesa de Genoíno

Não sabe. Ele não participava dos assuntos financeiros do PT, que eram controlados por Delúbio

Defesa de Delúbio

Não. O esquema organizado por ele servia para pagar dívidas de campanha do PT

RÉU SABIA DO ESQUEMA?

Defesa de Dirceu

Não. Nenhuma testemunha afirma que foi procurada por Dirceu para negociar votos

Defesa de Genoíno

Não. O ex-presidente do PT não possui habilidades para cuidar de questões financeiras

Defesa de Delúbio

Sim. Esquema foi montado após direção do PT pedir para ele resolver finanças do partido

RÉU SABIA DOS EMPRÉSTIMOS?

Defesa de Dirceu

Não. Depoentes que dizem o contrário sequer estavam presentes na reunião que comprovaria o fato

Defesa de Genoíno

Não. Ele não possuía relação os acusados do núcleo financeiro e operacional

Defesa de Delúbio

O advogado de Delúbio não falou especificamente sobre a questão ontem

07 AGO 2012

FOLHA DE S. PAULO

Defesa de Dirceu é bem avaliada no PT e no Planalto

Ao deixar a tribuna do STF, advogado Oliveira Lima recebeu mensagem de agradecimento do ex-ministro

Já a defesa de Genoino gerou preocupações; na avaliação de alguns, seu advogado passou a imagem de hesitação

CATIA SEABRA
NATUZA NERY
DE BRASÍLIA

O advogado José Luís de Oliveira Lima acabara de deixar a tribuna de defesa no STF (Supremo Tribunal Federal) quando recebeu uma mensagem: "Sou teu devedor para o resto de minha vida", escreveu o ex-ministro José Dirceu, de sua casa, em Vinhedo, interior de São Paulo.

"A recíproca é verdadeira", retribuiu, dizendo-se grato pela confiança do petista em seu trabalho. Ele não era a primeira opção de Dirceu.

Acompanhada com atenção por membros do primeiro escalão do governo Dilma Rousseff e colaboradores do ex-presidente Lula, a performance de Oliveira Lima foi bem avaliada.

Já a defesa de José Genoino, ex-presidente do PT e hoje assessor do Ministério da Defesa, é alvo de preocupação. Na avaliação de petistas, o advogado Luiz Fernando Pacheco, que várias vezes recorreu a um lenço para secar

o suor do rosto, passou a imagem de hesitação. Advogados consultados pelo PT fizeram diagnóstico semelhante.

Para alguns, a exaltação de qualidades pessoais de Genoino, como o seu bom coração e sua biografia de serviços prestados, pode ser interpretada como apelação ou falta de elementos técnicos.

Embora ainda apostem nas chances de absolvição, integrantes do governo e do PT temem que, com o desempenho do advogado, Genoino fique ainda mais abalado.

Amigos relatam que Genoino está abatido. Recentemente, teria dito a mais de um interlocutor que sua vida perderá sentido em caso de condenação.

Procurado pela **Folha**, Genoino não quis comentar a atuação de Pacheco. "Por fa-

vor, fale com o meu advogado", limitou-se a repetir.

ELOGIOS

Na última tentativa de sensibilizar os 11 integrantes do STF, os advogados fizeram uma série de elogios aos ministros. Oliveira Lima começou dizendo que fica tranquilo quando lembra do ministro Marco Aurélio Mello repetindo que o processo "não tem capa", ou seja, não tem partido, nem viés.

Pouco antes, ele homenageou Celso de Mello, citando um artigo segundo o qual o ministro "nunca se deixou pressionar, nunca vergou".

"Forças políticas, imprensa, opinião pública, nada disso o afeta, ainda que por isso tenha sofrido incompreensão e injúrias", citou.

O autor do texto era Arnaldo Malheiros Filho, responsável pela defesa de Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT. Ele lembrou que Mello julgou favoravelmente ao ex-presidente Fernando Collor por entender que, para ser condenado por corrupção ativa, seria necessário demonstrar nexos entre aquele que corrompe e o agente público corrompido.

Segundo ele, a situação do mensalão é a mesma.

“Sou teu devedor para o resto da minha vida

JOSÉ DIRCEU
Ex-ministro, em mensagem ao advogado José Luís de Oliveira Lima

“A recíproca é verdadeira

JOSÉ LUÍS DE OLIVEIRA LIMA
Advogado, em resposta a José Dirceu

07 AGO 2012

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Discutir se o julgamento é político ou técnico é buscar a quadratura do círculo

HÉLIO SCHWARTSMAN

Entranhas do julgamento

SÃO PAULO - O julgamento do mensalão deve ser técnico ou político? A pergunta é pertinente, mas receio que, ao fazê-la, já estejamos embarcando numa impossível busca pela quadratura do círculo.

O problema é que dicotomias e categorias discretas funcionam melhor em nossas cabeças do que no mundo real, onde a maioria dos fenômenos é mais bem descrita em termos de espectros e contínuos, a exemplo da passagem do dia para a noite.

Na prática, são tantos os elementos que influem na decisão de um juiz e tão complicadas suas interações que é inútil tentar separar aqueles que seriam legítimos (técnicos) dos espúrios (políticos).

Vários experimentos demonstram que os julgadores são suscetíveis a vieses que limitam sua capacidade de decidir objetivamente. Eles vão desde elementos estruturantes como características de personalidade e preferências ideológicas até fatores circunstanciais, como o nível de glicose no sangue na hora da de-

cisão. Uma boa estratégia de defesa é garantir um suprimento ilimitado de chocolate para os magistrados.

Nesse contexto, é legítimo e até desejável que os ministros se exponham às pressões políticas, tanto a dos que querem ver os réus absolvidos como a dos que clamam pela condenação. A balbúrdia das diferentes vozes —ao lado de raciocínios propriamente jurídicos— é um dos elementos que ajudam o julgador formar a sua convicção.

A politização vira um problema quando prevalece sobre as demais variáveis, mas só o fato de termos dúvida de como votará cada ministro já indica que não é este o caso aqui.

É verdade que a admissão dessa multiplicidade de fatores a determinar a decisão do juiz enfraquece a noção de Justiça como expressão de uma verdade absoluta. O problema é que essa ideia nunca passou de um mito. Sentenças e acórdãos, apesar da pompa que os embala, contêm uma boa dose de aleatoriedade.

helio@uol.com.br

FOLHA DE S. PAULO

MONICA BERGAMO
OLHOS
ABERTOS

07 AGO 2012

O ministro Joaquim Barbosa, relator do “mensalão do PT” no STF (Supremo Tribunal Federal), segue atento ao “mensalão mineiro”, que envolve líderes do PSDB. Ele pretende deter-se em providências que levem à rápida localização de testemunha considerada chave nas investigações e que tomou chá de sumiço em Minas Gerais.

PEDREIRA

Barbosa, que defendeu o desmembramento nos dois casos e foi voto vencido, acredita que o risco de prescrição no “mensalão mineiro” é até maior do que havia no “mensalão do PT”. E diz a interlocutores que, se no caso petista tudo quase sempre foi aprovado por unanimidade no STF, no mineiro as dificuldades foram maiores.

TEM MAIS

Ele também questiona a imprensa. Quando procurado por repórteres para falar do processo contra petistas, provoca, ao fim da entrevista: “E sobre o outro, vocês não vão perguntar nada?”. Recebe como resposta “sorrisos amarelos”. “A imprensa nunca deu bola para o ‘mensalão mineiro’”, diz ele.

96 contraponto

Abstinência judicial

Advertido por comer no plenário do STF no julgamento do mensalão, o advogado Antonio de Almeida Castro, o Kakay, lembrou episódio semelhante envolvendo a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello. Durante interrogatório presidido pelo ministro Néri da Silveira, ela, que amamentava, aceitou bolacha oferecida pela diretoria da Corte após três horas de depoimento. Néri a repreendeu:

—A senhora é ré, não pode comer no meu tribunal!

Assustada, avisou que desmaiaria. Kakay emendou:

—Se você conseguir, desmaie!

Médicos e bombeiros foram acionados para socorrê-la.

PAINEL

Suando a toga Do criminalista Arnaldo Malheiros Filho, após sua ofegante sustentação oral, em defesa de Delúbio Soares: “Se até Rui Barbosa tremia diante daquela tribuna, por que não eu?”.

FOLHA DE S. PAULO

Justiça anula contrato de obra para novo terminal de Cumbica

Juíza não aceitou justificativa da Infraero para dispensar licitação

A Justiça Federal anulou o contrato para construção do terminal 4 do aeroporto de Cumbica, em Guarulhos (Grande São Paulo). A decisão é de 29 de fevereiro.

O terminal, usado apenas pela Webjet, foi concluído e inaugurado três semanas antes da decisão, em 8 fevereiro.

Para tocar as obras, a Infraero contratou, em 2011, a construtora Delta, sem concorrência, por R\$ 86 milhões.

A Justiça rejeitou o argumento da estatal para dispensar a licitação: o de que a obra era urgente, para evitar o caos aéreo. “A dispensa baseou-se em transtorno enfrentado sazonalmente, conhecido do público, ainda que extremamente indesejável”, disse a juíza Louise Borer. A decisão foi divulgada ontem pelo jornal “O Estado de S. Paulo”.

07 AGO 2012

RECURSO

Em julho, a estatal recorreu ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, que suspendeu os efeitos da sentença até a avaliação do recurso.

A decisão da Justiça Federal, se mantida, abre caminho para o Ministério Público pedir o ressarcimento pela Infraero do dinheiro utilizado no projeto.

A Delta disse que a obra foi feita como previsto em contrato e que, se for contestada, responderá à Justiça.

O terminal 4 está ocioso desde a inauguração. Só a Webjet está no local, que tem capacidade para 15 mil passageiros por mês —e recebe menos da metade disso.

No início do ano, a Gol queria mudar para o novo terminal, apelidado de “puxadinho”. Com a concessão do aeroporto à iniciativa privada, o projeto foi congelado.

JORNAL DO ESTADO

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

07 AGO 2012

PR terá cinco novas varas judiciais

Cinco comarcas do Paraná passarão a contar com varas de Justiça dedicadas ao atendimento de casos de violência contra a mulher. Termo de cooperação técnica para implantação das varas foi assinado ontem por representantes do Tribunal de Justiça, do governo do Estado, da Defensoria Pública, da Associação dos Magistrados e do Ministério Público do Paraná.

O governo estadual foi representado pelo vice-governador Flávio Arns e pelos secretários Maria Tereza Uille Gomes (Justiça, Cidadania e Direitos Humanos), Fernanda Richa (Família e Desenvolvimento Social), Reinaldo de Almeida Cesar (Segurança Pública). O termo assinado prevê a colaboração entre os diferentes órgãos para a divulgação, consolidação e implementação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), que completa seis anos hoje.

Entre as medidas previstas estão a formação de servidores, gestores públicos e magistrados na temática da violência contra as mulheres; o incentivo e apoio à criação e fortalecimento dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e de outros serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

As novas varas serão implantadas em Cascavel (na próxima quinta-feira), São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, Maringá e Ponta Grossa — todas ainda este ano.

07 AGO 2012

JORNAL DO ESTADO

Juiz libera candidatura de Barbosa Neto

O juiz da 41ª zona eleitoral de Londrina, Álvaro Rodrigues Júnior, negou recurso do Ministério Público Eleitoral e manteve a candidatura de Barbosa Neto (PDT) à prefeitura de Londrina. Ele teve o mandato cassado pela Câmara de Londrina na noite da última segunda-feira, mas a candidatura havia sido deferida horas antes pela Justiça. “Não seria possível o reconhecimento de inelegibilidade no caso a cassação do mandato pela Câmara de Vereadores, porque uma vez encerrado o prazo de impugnação do pedido de registro de candidatura, deve-se aguardar a abertura do prazo para o recurso contra expedição de diploma para se apurar eventual inelegibilidade superveniente”, afirma o juiz em despacho. Segundo a decisão, a inelegibilidade pode ser apreciada em recurso na fase de diplomação, ou seja, caso Barbosa seja eleito nas urnas. O juiz defende ainda que a cassação na Câmara de Vereadores pode ser revertida na justiça comum.

Facebook

A juíza Renata Estorilho Baganha acatou pedido dos advogados da campanha do prefeito e candidato à reeleição, Luciano Ducci (PSB), e determinou a suspensão, por 24 horas, do perfil do candidato do PDT, Gustavo Fruet, no Facebook. A alegação é de que o candidato não acatou decisão anterior que determinava que ele incluísse a coligação e a composição partidária, bem como o nome de sua vice, Miriam Gonçalves (PT). Não é a primeira vez que as publicações do candidato no Facebook rendem suspensão.

Impugnado

O candidato do PMDB a prefeito de Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba, Olizandro José Ferreira, foi declarado inelegível pelo juiz eleitoral Carlos Alberto Costa Ritzmann. A decisão foi tomada no último dia 4. O motivo foi improbidade administrativa. Olizandro Ferreira teve reprovada pelo Tribunal de Contas a sua administração como presidente da Câmara de Vereadores de Araucária. Na época, Olizandro aumentou o vencimento dos vereadores durante o próprio mandato, o que é proibido por lei, pois isto é a legislar em causa própria.

Lotéricas

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) reformou, na última semana, decisão da Justiça Federal e liberou as agências lotéricas instaladas no âmbito da Subseção Judiciária de Umuarama da obrigação de possuir sistema de segurança. O juízo de primeiro grau havia sentenciado a favor do Ministério Público Federal e determinado que as lotéricas passassem a oferecer segurança aos clientes, com medidas como presença de vigilante, alarme e comunicação interna com outras lotéricas.

07 AGO 2012

JORNAL DO ESTADO

VLADIMIR POLÍZIO JÚNIOR

O Mensalão e o STF

Não tenho dúvida de que o julgamento do “maior caso de corrupção da história nacional”, assim denominado pelo Procurador Geral da República, Roberto Gurgel, apelidado “mensalão” pelo ex-deputado Roberto Jefferson, deixará como maior legado a desmistificação do Supremo Tribunal Federal. E não só pelas divergências naturais entre posicionamentos em órgãos colegiados, tampouco pelo destempero de alguns no trato com seus pares.

O problema é maior, e a ânsia do ministro José Antônio Dias Toffoli de participar da votação no julgamento dos 38 réus é apenas a ponta do iceberg. Nosso STF é composto por 11 pessoas, indicadas pelo presidente da república e aprovadas pelo Senado. Nunca foi formado verdadeiramente por juristas, mas sim por quem tinha acesso aos grupos que estavam no Poder quando surgia a vaga. Na verdade, assim estabelece nossa Constituição, no seu artigo 101: “O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada”.

Isso significa que não precisam ser sequer formados em direito, pois o “notável saber jurídico” pode ter sido adquirido sem auxílio de professores. Assim, o único critério objetivo é a idade, pois os demais variam conforme a ami-

zade com o Chefe do Executivo. No Brasil nem sempre os melhores estão onde deveriam estar. Monteiro Lobato, Carlos Drummond de Andrade e Clarice Lispector, por exemplo, não ocuparam assento na Academia Brasileira de Letras (ABL), mas Ivo Pitanguy, José Sarney e Paulo Coelho sim.

Noutras palavras, não são os ministros do STF, pelo só fato dessa condição, paladinos da justiça. Pelo contrário, pois estão lá justamente porque assumiram, ao longo da vida, determinado comportamento político. Toffoli bem exterioriza essa situação. Foi advogado da Central Única dos Trabalhadores (CUT), assessor da liderança do PT na Câmara dos Deputados, e trabalhou na assessoria jurídica do então ministro José Dirceu; sua companheira atuou na defesa de mensaleiros, como noticiou a Revista Veja de 1 de agosto: “no próprio processo do mensalão, defendeu os ex-deputados (...) acusados de receber dinheiro sujo do esquema”. Essas situações caracterizariam impedimento ou suspeição de qualquer juiz. Mas o ministro, ao que parece, não entende assim. Precisamos de mais juristas e de menos política no justiça.

Vladimir Polizio Júnior, 41 anos, é defensor público

CELULAR

Promotoria move ação contra a TIM

A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba propôs ontem ação coletiva de consumo contra a TIM Celular S.A. Na ação, os promotores de Justiça Maximiliano Ribeiro Deliberador e Michele Rocio Maia Zardo requerem à Justiça que determine à operadora dar imediato cumprimento às seis metas de qualidade nas quais Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) apontou irregularidades (chamadas de SMP1, SMP3, SMP4, SMP5, SMP7 e SMP10), bem como que a TIM proíba a venda de novos contratos no Paraná, enquanto tais metas não foram respeitadas, sob pena de multa diária não inferior a R\$ 500.000,00.

A Promotoria pede ainda que a TIM seja condenada a indenizar todos os consumidores de plano Infinity pelos prejuízos que sofreram desde seu lançamento, em março de 2009, com a devolução em dobro dos valores cobrados indevidamente pela operadora. Por fim, houve pedido de dano moral coletivo, por todos os inconvenientes causados aos consumidores paranaenses.

Segundo a Promotoria, de acordo com dados da Anatel — extraídos de relatório de fiscalização que instrui a ação — apenas num único dia (08/03/2012), um total de 8.179.142 usuários foram afetados, em todo Brasil, por desligamentos provocados pela rede da prestadora. E deste total, foram gastos pelos usuários, R\$ 4.327.800,50, num único dia, por serviços não prestados na sua totalidade, pela operadora.

JORNAL DO ESTADO

MAPA DA CRIMINALIDADE MOSTRA homicídios em queda na Capital

07 AGO 2012

Mas apesar dos bons números na RMC, o saldo total no Estado no semestre teve 21 mortes a mais que no ano passado

De janeiro a junho deste ano, o número de homicídios na Capital diminuiu 15,08%. Foram registradas 304 ocorrências neste primeiro semestre, contra 358 no mesmo período de 2011. A Região Metropolitana de Curitiba teve uma redução de 3,28% no número de casos, com 413 homicídios neste ano, contra 427 registrados nos primeiros seis meses de 2011. Apesar disso, o Estado terminou o primeiro semestre com um saldo de 21 homicídios a mais que em comparação ao ano passado.

Somente no mês de junho, a Capital teve uma queda de 28,07% no índice de homicídios, com 41 mortes, contra 57 no mesmo mês do ano passado. Curitiba chegou a ficar cerca de 44 horas sem registro de homicídio na semana passada. As cidades da Região Metropolitana de Curitiba registraram 46 homicídios no mês de junho, contra 57 em junho de 2011, com uma redução de 13,21%.

Para o governador Beto Richa, a queda criminalidade é resultado de um trabalho integrado. “Estes dados comprovam que com planejamento e estudo técnico é possível alcançar a tão esperada redução

da criminalidade e a maior tranquilidade para o povo paranaense”, destacou ele na solenidade de instalação da Unidade Paraná Seguro (UPS) na Vila Osternack, região Sul da capital, ontem.

Das 304 mortes por assassinato registradas na Capital, 52 ocorreram na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), aponta o Relatório Estatístico Criminal – Crimes Relativos à Morte, divulgado ontem pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp).

Uma das regiões mais violentas da cidade e do Estado, segundo levantamento da secretaria, a CIC recebeu, no mês de julho, a instalação de quatro Unidades Paraná Seguro (UPS), nas vilas Verde, Caiuá, Nossa Senhora da Luz e Sabará. As bases de policiamento comunitário também estão em funcionamento nos bairros Uberaba e Parolin.

No semestre, a tendência de queda no número de homicídios se repetiu no interior do Estado, nas áreas integradas de segurança pública de Ponta Grossa (-30,77%); Guarapuava (-11,63%); Umuarama (-41,94%); Apucarana (-33,33%); Rolândia (-7,41%); Cornélio Procopio (-42,31%); São Mateus do Sul (-31,25%); União da Vitória (-10%); e Jacarezinho (-47,06%).

Em todo o Estado, aconteceram 1.552 homicídios no primeiro semestre deste ano, contra 1.531 no mesmo período do ano passado. As localidades mais críticas são Londrina, Foz do Iguaçu e Cascavel. “Londrina deve receber umas das primeiras UPS que planejamos para o interior”, afirmou o secretário. “Na região Oeste instalamos o Batalhão de Fronteira, há duas semanas, para reforçar a presença policial”.

07 AGO 2012

FOLHA DE LONDRINA

Juiz mantém Barbosa na disputa eleitoral

Apesar da contestação do MPE, juiz levou em consideração a condição do político na data do registro de sua candidatura

O juiz da 41ª Zona Eleitoral de Londrina, Álvaro Rodrigues Junior, manteve a candidatura do ex-prefeito Barbosa Neto (PDT), que teve o mandato cassado pela Câmara de Vereadores. Na decisão publicada ontem à tarde, o magistrado nega a tese do Ministério Público Eleitoral (MPE) de "inelegibilidade superveniente", o que impediria a presença do pedetista na campanha. Foram acatados os argumentos da defesa de que o recurso do MPE foi colocado fora do prazo para impugnações. Para o juiz, eventuais impedimentos à candidatura devem ser conhecidos dentro do período estabelecido pela Lei das Eleições - que neste ano venceu no dia 13º de julho.

No recurso apresentado ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, com pedido de retratação ao juízo em primeiro grau, o MPE questionou o deferimento da candidatura exatamente no dia da cassação na Câmara, alegando que se a análise do juiz fosse feita após a sessão, haveria a inelegibilidade. Conforme a promotora Suzana Lacerda, no recurso foi apresentada jurisprudência que embasa o argumento ministerial.

Contudo, para Rodrigues Junior, embora o deferimento tenha sido no dia da sessão, no último dia 30, a data não é relevante. "Na data em que formalizou o seu pedido de registro de candidatura (05/07/2012), o candidato Homero Barbosa Neto preenchia todas as condições de elegibilidade e nenhuma causa de inelegibilidade", escreveu. Ele ressalta, porém, que a inelegibilidade superveniente poderá ser "alegada e apreciada em recurso contra a diplomação", no caso de Barbosa vencer nas urnas.

Segundo Suzana, "mesmo que o TRE mantenha a candidatura, é certo que ele não assume, mantida a condição atual de cassação". Em outra frente de defesa, advogados de Barbosa também tentam na Justiça Comum anular a sessão que cassou o mandato, o que permitiria o retorno dele ao cargo e a retomada dos direitos políticos.

No final da sentença, Rodrigues Junior também evoca o cenário construído paralelamente aos trâmites da Justiça Eleitoral e nega haver a insegurança jurídica, citada pelo MPE, pela realização de eleições com um candidato que

pode vir a ter seu diploma negado. "A cassação do mandato pela Câmara de Vereadores poderá ser objeto de apreciação pela Justiça Comum, estando, portanto, passível de reforma pelo reconhecimento de alguma nulidade por vício formal, por exemplo."

Quanto à possibilidade de Barbosa ser impedido de assumir, o juiz escreve que "não se pode restringir o direito do candidato em ser votado com base em evento futuro e incerto, qual seja, eventual decisão que indefere a expedição de diploma".

Com a decisão da Justiça Eleitoral em Londrina, agora cabe ao TRE avaliar o recurso apresentado pelo MPE, o que deve ocorrer, no máximo, até o dia 23 de agosto.

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

07 AGO 2012

Defesa entra com três mandados de segurança

O ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto (PDT) reforçou as tentativas para anular a sessão de julgamento, realizada na Câmara de Vereadores no último dia 30 de julho, em que os parlamentares aprovaram o relatório final da Comissão Processante (CP) da Centronic, resultando na cassação do mandato dele. Três mandados de segurança foram apresentados à Justiça local - os primeiros após a cassação - alegando "vícios" no procedimento conduzido pelo Legislativo. Cada um dos mandados ataca um ponto, considerado ilegal pela defesa de Barbosa.

O primeiro ponto questionado é o cerceamento da defesa pela redução de prazos estabelecidos pela Constituição Federal para julgamentos de mandato de prefeito. "Se a Câmara se utilizou de lei municipal para conduzir o procedimento, ela não poderia alterar o rito, como os prazos da defesa", disse o advogado Eduardo Duarte Ferreira, que assina os mandados. A CP se baseou na Lei Orgânica do Município para apontar infração político-administrativa de Barbosa Neto.

"Pela legislação federal, a defesa deveria ter duas horas para a defesa e não uma, conforme aconteceu", citou como exemplo.

Questionado se esse argumento não repete petições já negadas pela Justiça de Londrina, o advogado afirmou que o indeferimento inicial ocorreu porque os dispositivos violados não estavam elencados, "mas agora apontamos cada uma das regras processuais da lei federal violadas pela Câmara". Segundo o advogado, outro fato novo é o decreto legislativo publicado pela Câmara, que oficializou a cassação. "O fato está consumado e é contra ele que argumentamos vício."

Em outro mandado, o advogado alega o impedimento do vereador Roberto Kanashiro (PSDB), que presidiu a Comissão Especial de Inquérito (CEI) e também a CP. "Ele investigou, denunciou e, ao participar da sessão, atuou também como julgador. Isso não existe no direito." Ferreira também questionou num dos mandados a ausência do parecer da Comissão de Justiça da Câmara após a entrega da defesa final do ex-prefeito. De acordo com o defensor, sendo considerada procedente a denúncia, a comissão deve emitir parecer sobre o rito de todo o processo.

O procurador da Câmara, Miguel Ângelo Garcia, afirmou que ainda não foi notificado sobre os novos mandados impetrados pela defesa, porém nega irregularidades na sessão. "Ressaltamos que em momento algum foi afrontado o decreto federal 201, nem a Constituição Federal."

Sobre os demais recursos apresentados ao Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná tentando anular a sessão de julgamento na Câmara, o advogado de Barbosa Neto afirmou que eles não interferem nos novos mandados de segurança.

Advogado alega impedimento do vereador Roberto Kanashiro

07 AGO 2012

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

No STF, recurso de Belinati até hoje não foi julgado

Independente do aval da Justiça Eleitoral local para disputar o pleito de outubro, o candidato à Prefeitura de Londrina Barbosa Neto (PDT), se eleito pelas urnas, deverá enfrentar um imbróglio semelhante ao protagonizado por Antônio Belinati (PP) na disputa de 2008. Caso eleito, o Ministério Público Eleitoral (MPE) local deve tentar barrar a diplomação do pedetista, que, eventualmente vetado, ainda pode recorrer ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e até mesmo ao Supremo Tribunal Federal (STF), ainda que a corte máxima do País tenha procurado nos últimos anos reforçar as decisões tomadas pelos ministros do TSE.

O caso do ex-prefeito de Londrina e ex-deputado estadual Antônio Belinati, na prática concluído, em tese ainda tramita no STF. O recurso ao STF foi a última tentativa de Belinati assumir o Executivo londrinense depois de ter sido barrado pelo TSE dois dias após a vitória nas urnas, em outubro de 2008. O recurso foi protocolado em setembro de 2009, mas, desde então, o processo do pepista quase não tramitou. A então ministra Ellen Gracie (hoje aposentada) foi a primeira a receber o recurso, que depois passou para as mãos de Rosa Weber. A última movimentação no processo se refere justamente à troca da ministra relatora, em dezembro de 2011. De 2009 até o final do ano passado, a única movimentação relevante foi o

parecer da Procuradoria-Geral da República, que se manifestou pela improcedência do recurso.

Durante o período, a defesa de Belinati também informou ao STF sobre uma decisão do Tribunal de Contas (TC) do Paraná, de julho de 2010, que reformava acórdão anterior do próprio órgão, e que havia sido base da impugnação da candidatura do pepista no TSE. Em 2008, a candidatura do Belinati foi considerada ilegal pelo TSE porque o TC havia reprovado as contas de um convênio firmado em 1999 entre o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e o então prefeito de Londrina, Antônio Belinati. Em julho de 2010, contudo, o TC reformou sua própria decisão, aprovando com ressalvas as contas daquele convênio, o que acrescentou argumentos à defesa do pepista no STF.

A discussão, portanto, quando for enfrentada pelo STF, deve render argumentos também válidos para o imbróglio que se formou em torno de Barbosa Neto. Nos dois casos, o de Belinati e o de Barbosa, está em jogo, entre outras coisas, a condição do candidato no momento do registro da candidatura. Quando Belinati se inscreveu na disputa de 2008, em julho daquele ano, as contas do convênio estavam reprovadas pelo TC, assim como Barbosa não havia sido cassado até 5 de julho último, quando se registrou na disputa de 2012.

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

07 AGO 2012

Tabus linguísticos

A insistência dos advogados dos mensaleiros na tese de que não é justo uma designação que por si condenaria os acusados restabelece uma questão séria da antropologia cultural em torno do tabu e das formas de contorná-lo como o faziam integrantes do clã totêmico da Polinésia. A conotação delinqüencial do termo ao ver dos acusados exigiria algo como um eufemismo ou o número do processo na seriação burocrática do STF. Como se dá com expressões, por vezes sequer dicionarizadas, o mensalão foi criado pelo denunciante e denunciado Roberto Jefferson e assimilado por todos.

Diante de um tabu funcionava o conceito de "nôa" que substitui a magia da expressão impugnada. Da mesma forma que para evitar os malefícios decorrentes de fazer referências a Satanaz ou ao diabo se adotou, e isso na riqueza da sintaxe brasileira, o "coisa ruim", o cão, o diacho, o chifrudo, querem agora advogados que não se use a expressão "mensalão" mas a referência puramente numérica do processo.

O mestre Rosario Farani Mansur Guérios, em "Tabus linguísticos", viaja por várias civilizações identificando o uso sistêmico de "nôa" para minorar e até neutralizar os efeitos mágicos das expressões tal qual o fazemos quando para evitar referência a uma doença e temendo seu poder contagiante usamos expressões substitutivas como "moléstia incurável" ou "pertinaz doença" como nos referíamos no obituário dos jornais até os anos sessenta. Hoje aceitamos como normal a notícia do câncer na laringe do presidente Lula como já se deu com antecedência com o ministro da Fazenda de Sarney, do Plano Cruzado, Dilson Funaro, com a doença linfática.

É verdade que nem todo ímprobo, desviador de recursos públicos, é mensaleiro, já que deve existir um bom número de diaristas, aqueles que apanham todos os dias, quase como liturgia religiosa, como se essa fosse uma vocação.

DORA KRAMER

Ato de compra

FOLHA DE LONDRINA

Os advogados começaram ontem suas defesas no processo do mensalão insistindo na tese de que para todos os efeitos seus clientes não cometeram crime algum à luz do Código Penal. São meros infratores eleitorais.

Não obstante a exigência de conduta legalmente correta, transparente, impessoal e moralmente aceitável na vida pública, expressa no artigo 37 da maior de todas as leis, convencionou-se que o transgressor da legislação eleitoral é, ao fim e ao cabo, uma vítima do sistema.

Cheio de falhas, brechas, irrealista, hipócrita e obsoleto, não deixaria aos usuários (vale dizer, partidos e políticos) outra opção a não ser a transgressão.

De onde, por ocasião de escândalos defende-se a reforma política Evidentemente, e não por acaso, com ânimo inversamente proporcional à falta de entusiasmo desses mesmos personagens ante a oportunidade concreta de alterar as malfadadas normas que os levam a viver muito a contragosto na ilegalidade.

No decorrer do julgamento o argumento que atribui poderes saneadores à reforma política ressurgirá na boca dos que pretendem amoldar os réus ao perfil de vítimas do sistema.

Ainda que se tome como verdadeira a versão de que o dinheiro que correu do PT aos partidos aliados via valerioduto foi empregado na quitação de dívidas eleitorais, é de se perguntar o que mesmo o sistema tem a ver com as escolhas de cada um.

Está demonstrado, e a defesa dos réus não nega, que o PT ao chegar ao poder escolheu assegurar maioria no Congresso distribuindo dinheiro a partidos até então militantes no outro lado do balcão como base de apoio

dos governos anteriores, todos adversários do PT.

Conforme ressaltou a Procuradoria-Geral da República em peça que os advogados não conseguiram desconstruir - ao menos não em suas sustentações orais - pouco importa o destino do dinheiro.

O problema não é o gasto. É a deterioração legal e moral contida no ato da compra.

Não obstante a exigência de conduta legalmente correta e moralmente aceitável na vida pública, convencionou-se que o transgressor da legislação eleitoral é, ao fim e ao cabo, uma vítima do sistema

07 AGO 2012

INFORME

Paranaenses e o mensalão

Com o julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF), a bancada de oposição no Congresso Nacional tem aproveitado para subir o tom das críticas ao suposto esquema de desvio e distribuição de dinheiro a parlamentares da base de apoio do governo Lula em troca de votações favoráveis no Congresso. A declaração mais ousada veio do líder do PPS na Câmara Federal, deputado Rubens Bueno, que atacou frontalmente as afirmações do presidente nacional do PT, Rui Falcão, de que o esquema em julgamento não existiu. Na Câmara de Deputados, Bueno comparou a alegação ao esquema de propaganda nazista comandada por Goebbels na Segunda Guerra Mundial, "que repetia mentiras para que, ao final, se tornassem verdades". Apesar do tom, o deputado federal desejou ao STF um julgamento "com a serenidade e o equilíbrio devidos a um tribunal superior".

Delírio

Não, mesmo se houver condenação, ninguém sairá do STF algemado. Além de prazos e procedimentos a serem cumpridos antes de se validar as sentenças, há a impossibilidade física: nenhum deles acompanha o julgamento no tribunal.

FOLHA DE LONDRINA

**Recém-nascida
é abandonada
em prédio**

07 AGO 2012

Francisco Beltrão -

Uma recém-nascida, de aproximadamente três dias de vida, foi encontrada no hall de entrada de um prédio residencial localizado entre as ruas Curitiba e Mato Grosso, no bairro Presidente Kennedy, em Francisco Beltrão (Sudoeste), na manhã de ontem.

De acordo com o cabo Cleonir Ribeiro Flores, da Polícia Militar, um morador do edifício saiu para trabalhar à 1 hora e quando voltou, às 6 horas, encontrou a menina na entrada do edifício. "Em seguida ele entrou em contato com a PM e nós acionamos o Conselho Tutelar", disse.

"A criança, que ainda estava com o cordão umbilical, foi deixada enrolada em um cobertor e um colete de lã feminino, que pode ser da mãe", informou a conselheira tutelar Andreia Mattei Francescon. A bebê foi levada para o Hospital São Francisco e liberada ainda pela manhã, passando bem. "Pelas condições em que foi encontrada, os médicos estimam que ela tenha nascido em casa ou na rua", reiterou.

A recém-nascida foi encaminhada para uma Casa Abrigo e batizada de Vitória. A Vara da Infância será acionada e ficará responsável pelo destino da bebê.

Segundo o chefe da seção de investigação e capturas da Polícia Civil, Rudnei Becker, a mãe ainda não foi identificada, mas os procedimentos investigativos serão mantidos.

FOLHA DE LONDRINA

MILITÃO 07 AGO 2012



A doutora Dinaura Pimentel Gomes, juíza aposentada da Justiça do Trabalho, voltou a estudar, em maio último, na Universidade La Sapienza de Roma, fazendo o curso proporcionado pela Anamatra e dirigido a juízes e procuradores do Trabalho do Brasil. Segundo nos disse, a experiência foi magnífica, principalmente pelas pesquisas que lá pôde realizar, no decorrer desse período, referentes ao Direito do Trabalho, na Itália, e Direito do Trabalho legislado e tratado pela União Europeia. O curso de 45 dias foi voltado ao tema "O Direito do Trabalho renovado como instrumento da economia real". Os juristas italianos estão em busca da salvaguarda não só do Direito do Trabalho, mas também dos demais direitos sociais, diante da gravíssima crise econômica que se instalou na Europa.

Dinaura, à direita na foto, teve ainda a oportunidade de fazer intervenção oral, representando os colegas brasileiros, no Seminário Nazionale Tress-Inail, promovido pela Ordem dos Advogados de Roma, no último dia 30 de maio. Tratou, falando em italiano, dos "princípios da dignidade e da valorização do trabalho humano no âmbito da Constituição Federal brasileira", na condição de juíza do Trabalho do Paraná. Em julho, já em férias, seu marido, Sérgio Ramos, chegou a Roma e foram para a Turquia, onde, entre tantos lugares bonitos, conheceu Troia e a Capadócia, onde fizeram o notável passeio através de balão.

TRIBUNA DO PARANÁ

Preso condenado por estuprar filha de 6 anos

07 AGO 2012

Condenado a nove anos de prisão por ter estuprado a filha, de 6 anos, um homem, de 39 anos, ficou preso quando foi liberar o corpo do sobrinho na Delegacia de Homicídios, domingo à noite. Os investigadores consultaram seu nome, descobriram o mandado de prisão expedido por Fazenda Rio Grande.

O homem contou que o crime aconteceu há três anos, mas se recusou a falar sobre o assunto. Ele afirmou que “tomava uns goles” e por isso não se lembrava do que tinha feito. “Cheguei a cumprir nove meses”, contou. Agora, ele vai cumprir o restante da condenação por estupro contra vulnerável.

“Se ele está condenado é porque a Justiça apurou a veracidade da acusação. Muitas vezes detectamos criminosos quando vêm liberar os corpos”, afirma o delegado Rubens Recalcatti. O condenado não morava mais com a filha desde então.

Desavisado

O sobrinho, de 18 anos, do estupro foi assassinado no sábado, no Tatuquara. Com a intenção de agilizar a liberação do corpo, o parente foi à delegacia. Ele estava condenado desde janeiro deste ano. Como o crime aconteceu há três anos, ele não imaginou que era procurado.

Julgamento

Será julgado amanhã, no Tribunal do Júri, o acusado de matar o garçom Thiago Sena de Oliveira, 28 anos, a facadas e golpes de barra de ferro em julho de 2010, no Hauer. Claudemir Moreira Ferreira, 51, o “Fala Mansa”, está preso e sentará no banco dos réus, às 13h.

Thiago se preparava para trabalhar num cruzeiro, quando foi morto. Ele morava com a família no Xaxim e, no dia do crime, foi até o cortiço onde a namorada morava desde que deixou uma clínica de recuperação para usuários de droga. Thiago foi ao encontro da jovem na tentativa de convencê-la a se livrar do vício, quando foi atacado por Claudemir, apontado, na época, como fornecedor de drogas.

TRIBUNA DO PARANÁ

Metas

Comissão da Assembleia e Promotoria tentam barrar venda de novas linhas de celulares. Argumento é a má qualidade do serviço

Ações 07 AGO 2012 contra TIM

Duas ações judiciais protocoladas ontem, pela Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor e Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa, pedem que a TIM seja proibida de vender novas linhas de celulares no Paraná. Os promotores de Justiça Maximiliano Ribeiro Deliberador e Michele Rocio Maia Zardo solicitam que a Justiça determine à operadora o cumprimento imediato das seis metas de qualidade nas quais a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) apontou irregularidades e a proibição da venda de novos contratos enquanto estes índices não forem respeitados, sob pena de multa diária de pelo menos R\$ 500 mil.

A Promotoria também pleiteia que a operadora seja condenada a indenizar todos os consumidores de plano Infinity pelos prejuízos que sofreram desde seu lançamento, em março de 2009, com a devolução em dobro dos valores cobrados indevidamente, além de reivindicar dano moral coletivo por todos os inconvenientes causados aos consumidores paranaenses. Dados da Anatel citados na ação apontam que em 8 de março deste ano, 8.179.142 usuários foram afetados em todo o Brasil por desligamentos de rede. Estes clientes gastaram R\$ 4,327 milhões por serviços não prestados.

Sinal péssimo

Já a ação cautelar ajuizada na Justiça Federal pela Comissão da Assembleia pede apenas que a TIM continue proibida de vender novas linhas no Estado. Para o presidente da Comissão, deputado Leonaldo Paranhos (PSC), a liberação da Anatel para venda de novas linhas não se justifica porque não houve nenhuma ação concreta para melhorar o sinal ou os serviços oferecidos. “No caso da TIM, que tem mais da metade do mercado paranaense, o sinal continua péssimo e os consumidores seguem prejudicados”, afirma.

Decisão do Tribunal de Justiça condenou a TIM a indenizar um cliente de Cascavel em R\$ 5 mil pela interrupção indevida dos serviços de telefonia celular.

Facebook

Pela segunda vez desde o início do período de campanha, a Justiça Eleitoral encontrou irregularidades no Facebook do candidato Gustavo Fruet (PDT). No dia 25 do mês passado, a juíza da 3.ª Zona Eleitoral, Renata Estorilho Baganha, emitiu parecer no qual exigia que o candidato incluísse as informações de sua coligação na página. No sábado, a mesma juíza considerou que a decisão não estava sendo respeitada e determinou que a rede social fosse suspensa por 24 horas.

Recurso

No entanto, desde então, o perfil do candidato não esteve fora do ar em nenhum momento. Segundo a assessoria de imprensa de Fruet, a rede social continuou funcionando porque a coordenação jurídica entrou com recurso com embargo de declaração assim que recebeu a intimação a respeito da decisão. O candidato aguarda, portanto, nova manifestação da juíza. Ontem à tarde, o Facebook de Fruet fornecia as informações sobre a coligação.

Fora

A Justiça Eleitoral em Guaratuba indeferiu o registro dos candidatos a prefeito, José Ananias dos Santos, e vice, Felipe Jamur.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Congresso saberá harmonizar polêmicas do novo Código Penal

O presidente do Senado, Jose Sarney, afirmou ontem que o Congresso Nacional saberá harmonizar opiniões divergentes sobre os pontos considerados polêmicos incluídos no novo Código Penal, que começou a tramitar no Senado (PLS 236/2012).

07 AGO 2012

A comissão especial interna destinada a examinar o projeto do novo Código Penal vai realizar sua primeira reunião na próxima terça-feira (7). Na última sexta-feira (3), Sarney recebeu a visita dos juristas Ives Gandra Martins e Paulo de Barros Carvalho, respectivamente presidente e vice-presidente da União de Juristas Católicos de São Paulo (Ujucasp). No encontro, os juristas se posicionaram contra a descriminalização do plantio e do porte de maconha para consumo próprio e a ampliação das possibilidades do aborto legal.

- Nós temos matérias muito controvertidas, mas acredito que o Congresso é para isso mesmo. A sociedade democrática é uma sociedade de conflitos e opiniões e cabe justamente ao Congresso harmonizar essas opiniões – disse Sarney.

Além de várias inovações, o texto, preparado pela comissão especial de juristas que trabalhou durante o primeiro semestre, consolida toda a legislação penal do país. O relatório final foi entregue a Sarney no mês de junho. A comissão foi presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp e teve como relator o procurador da República Luiz Carlos Gonçalves.

A expectativa do presidente do Senado é de que a Casa conclua a votação da reforma do Código Penal ainda neste semestre. Se aprovado pelo Plenário do Senado, o projeto seguirá para a Câmara dos Deputados. O último passo é a sanção presidencial.

07 AGO 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MP-PR propõe ação contra empresa por poluição ambiental

O Ministério Público do Paraná propôs, na última quinta-feira, 2 de julho, ação civil pública de proteção ao meio ambiente, com pedido de liminar, contra uma empresa da região.

Em março deste ano o promotor de Justiça Wagner Veloso Hultmann instaurou um inquérito civil público para apurar suposta poluição hídrica causada pela Nutripar Ltda. Durante as investigações, a Promotoria constatou que a em-

presa gerava, também, poluição atmosférica, causando mal estar em grande parte dos moradores do município.

De acordo com a ação, moradores da cidade relataram que “quando [...] começa a chover a empresa Nutripar larga todo o lixo recolhido no rio, por exemplo, resíduos de frigorífico, sangue, vísceras, ossos, gorduras, alimentos vencidos”.

O MP-PR requer a concessão de liminar da Justiça determinando

que a empresa não possa lançar ao meio ambiente nenhum material, sólido ou líquido, principalmente no Rio Lageado Grande e proximidades.

Além disso, requer que a empresa cumpra todas as condições impostas pelo Instituto Ambiental do Paraná e que a Nutripar Ltda. seja condenada a pagar indenização, por danos ambientais coletivos, materiais e morais, causados à população de Dois Vizinhos.

Justiça julga inelegíveis candidatos a prefeito e a vice

A Justiça Eleitoral do Paraná em Guaratuba julgou procedente, ação de impugnação ao registro de dois candidatos de Guaratuba e indeferiu o registro de ambos para os cargos de prefeito e vice-prefeito da coligação Respeito, Fidelidade e Futuro.

De acordo com a ação, o candidato ao cargo de prefeito municipal, José Ananias dos Santos, teve suas contas desaprovadas por irregularidades durante sua gestão

na administração do município, em 2003, por parecer do Tribunal de Contas do Estado. Além disso, segundo o texto, três das irregularidades configurariam ato doloso de improbidade administrativa.

Por conta dos fatos, o Ministério Público Eleitoral do Paraná, por meio do promotor de Justiça Rui Riquelme Macedo, apresentou a impugnação da candidatura de José Ananias dos Santos, julgada proce-

dente pela Justiça Eleitoral.

O candidato a vice-prefeito da coligação, Felipe Jamur, teve pedido de impugnação de sua candidatura por suposta irregularidade na convenção que o escolheu para compor a chapa. A Justiça também indeferiu o registro do candidato a vice, por “ausência do preenchimento dos requisitos legais”, ou seja, ausência de indicação por convenção válida.

07 AGO 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

CNJ inicia inspeção no Tribunal de Justiça de SP

Uma força-tarefa formada por mais de 30 funcionários da Corregedoria Nacional de Justiça deu início ontem (6), a uma inspeção no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), considerada a maior corte estadual do País, com 353 desembargadores e 2.021 juízes. A primeira etapa dos trabalhos da corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai durar uma semana e terá como foco a folha de pagamento, os precatórios e questões administrativas do TJ. Entre as denúncias contra o tribunal paulista, estão atraso no julgamento dos processos e a corrupção de juízes de primeira instância, alguns deles denunciados por conluio com advogados. O presidente do TJ-SP, desembargador Ivan Sartori, ressaltou que as denúncias de corrupção de primeira instância correspondem a apenas 2% dos magistrados.

NOTAS POLÍTICAS

Perfil suspenso

A juíza eleitoral Renata Estorilho Baganha, da 3ª Zona Eleitoral de Curitiba, determinou que a página da candidatura de Gustavo Fruet seja retirada do Facebook por 24h. Segundo ela, a suspensão se justifica porque a página desrespeita as regras de propaganda eleitoral. Quem deu entrada com o pedido na Justiça foi a coligação de Luciano Ducci (PSB), alegando que Fruet não divulga sua composição partidária e, algumas vezes, o nome da vice.

Apresentadoria de Pessuti

O advogado Rodrigo Pironti informou ontem que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná suspendeu o julgamento do mandado de segurança em que Orlando Pessuti impetrou para reaver o direito de voltar a receber a verba de representação pelo exercício do cargo de governador, em 2010. A suspensão do julgamento se deu em virtude de pedido de vista do processo feito pelo desembargador José Augusto Aniceto. De acordo com Pironti, agora "vamos esperar em torno duas semanas para ser marcada nova audiência".